SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

26/05/2015 - Sinttel-ES

Assembleia para definir proposta das prestadoras é dia 02/06

O SINTTEL-ES convoca todos os/as trabalhadores/as nas empresas que prestam serviços de Telecomunicação que no dia 2 de junho, terça-feira, às 18h30, haverá assembleia para avaliar a proposta feita pelo Sinstal (Sindicato das empresas)

Aconteceu em São Paulo, nos dias 14 e 15 de maio, a segunda rodada de negociações visando reajustes salariais, dos benefícios e melhorias nas condições de trabalho da Convenção Coletiva Nacional com o Sinstal, Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações. Diferentemente de anos anos anteriores, a Comissão de Negociações dos Trabalhadores (Fenattel) conseguiu arrancar uma proposta, que será levada para apreciação dos/as trabalhadores/as.

Os sindicatos endureceram o discurso. Nos anos anteriores, a Comissão dos trabalhadores mostrava para os patrões a necessidade de se ter uma Convenção Coletiva que de fato pudesse dar garantias aos/as trabalhadores/as em telecomunicações, principalmente, em estabelecer pisos salariais dignos. Os/as trabalhadores/as nas empresas prestadoras sempre reclamavam que os valores de pisos não eram condizentes com as atividades realizadas por eles. Mas, os representantes das empresas nunca foram sensíveis ao ponto de enxergar essa realidade.

E a Comissão não abriu mão de lutar para ter uma Convenção Coletiva que estabelecesse valores de pisos decentes, pois, do contrário, os sindicatos voltariam a fazer os acordos coletivos por empresa, onde é possível buscar avanços de outra forma.

Os representantes das empresas (Sinstal) entenderam o recado e, depois de muito debate, uma proposta foi apresentada. A Comissão de negociação considerou satisfatória para ser levada às assembleias e avaliada pelos empregados.

Veja a proposta abaixo:

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

VEJA PROPOSTA PATRONAL PARA A CONVENÇÃO COLETIVA 2015/2016

— Reajustes pisos salariais —

- **Reajuste Salarial de 8,42%.**
- **Piso da categoria** estabelecido em **R$ 868,00**.
- **Piso** para **IRLA R$ 1.116,00**.
- **Piso para ATENDENTE 1.066,00.**
- **Piso** para **TÉCNICO de TELECOMUNICAÇÕES R$ 1.240,00.**
- **Piso para CABISTA R$ 1.240,00.**
- Piso para **TÉCNICO ADSL R$ 1.463,00.**
- **Piso para TÉCNICO EM FIBRA ÓPTICA R$ 1.580,00.**
- **Piso para TÉCNICO MULTIFUNÇÃO (MultiSkill)** no valor de **R$ 1.464,00**. Definição: empregados qualificados como técnicos, devidamente credenciado para exercer, e que exerçam, duas ou mais atividades de instalações e/ou reparos de L.A, ADSL, TUP e/ou TV em par metálico.
- **Piso** para **TÉCNICO MULTIFUNÇÃO (MultiSkill)** no valor de **R$ 1.590,00**. Definição: empregados qualificados como técnicos, devidamente credenciado para exercer, e que exerçam, duas ou mais atividades de instalações e/ou reparos de L.A, ADSL, TUP e/ou TV em fibra ótica.

— Reajustes Benefícios —

- **Auxílio Creche R$ 195,16** para **EMPREGADAS-MÃES** com filhos de idade de 0 a 2 anos;
- **VR reajuste de 10,00%** assegurando o valor face de **R$ 14,52**. As **empresas que praticavam valores acima** do estipulado em Convenção Coletiva de Trabalho deverão reajustar o valor do **VR em 9%**, assegurando o **valor mínimo face de R$ 14,52.**
- **Gratificação de Férias:** Fica garantido aos TRABALHADORES a título de gratificação de férias o **pagamento em VR ou VA na importância de R$ 100,00 (cem reais)**, sem prejuízo do pagamento do terço constitucional.
- **Vale Cultura:** As EMPRESAS poderão fornecer a seus TRABALHADORES o vale cultura na forma estabelecida no Decreto nº 8.084, de 26/08/2013, independente dos incentivos fiscais previstos no art. 10 da Lei nº 12.761, de 27/12/2012.
- **Admissões após a data-base:** aos **TRABALHADORES admitidos a partir de 01/04/2015** será assegurado o **salário da função**.
- **Licença para trabalhadoras vítimas de violência doméstica:** À mulher em situação de violência doméstica e familiar será assegurada a **manutenção do vínculo trabalhista**, quando necessário o afastamento do local de trabalho por **até 6 meses**, nos termos do Artigo 9º, Parágrafo 2º, inciso II da Lei 11.340/06.
- **Abono por Aposentadoria:** ressalvadas as situações mais favoráveis já existentes, aos **TRABALHADORES com 06 (seis) anos ou mais** de **serviços contínuos dedicados às EMPRESAS**, quando delas vierem **a desligar-se definitivamente** por motivo de aposentadoria, **serão pagos 01 (um) salário nominal equivalentes ao seu último salário**, sem prejuízo do recebimento das verbas rescisórias a que fizer jus, na forma da legislação pertinente.
- **Parágrafo Único**: Se o TRABALHADOR permanecer trabalhando nas EMPRESAS após a aposentadoria, será garantido este abono apenas por ocasião do desligamento definitivo.
- **Jornada de Trabalho de Atendente com Audiofone Permanente**: Fica assegurada ao atendente com audifone permanente **a jornada de trabalho de 36 (trinta e seis) horas semanais**, devendo ser observadas às disposições contidas no anexo II da NR 17, inclusive quanto aos intervalos e as pausas.
- **Teste Admissional:** A realização de teste admissional práticos operacionais não poderá ultrapassar 05 (cinco) dias.

  Parágrafo único: As EMPRESAS fornecerão, gratuitamente, alimentação aos candidatos em teste, que permanecerem na empresa no período de duração da jornada de trabalho referente à função pleiteada.
- **Manutenção das Condições mais Benéficas**: As Empresas se obrigam a manter as condições mais benéficas atualmente existentes e aplicadas em cada Estado, inclusive no que tange aos benefícios praticados, reajustando-os no percentual de 8,42% (oito virgula quarenta e dois por cento), a partir de 01/05/2015.

  Parágrafo Único: As condições mais benéficas serão formalizadas em Termo Aditivo a esta Convenção Coletiva de Trabalho sob pena de ação de cumprimento.

  Ambulatório Médico: As EMPRESAS **instalarão ambulatórios em suas unidades operacionais**, nos moldes da legislação vigente.
- **Assédio Moral / Assédio Sexual:** As Empresas não permitirão praticas assédio moral e/ou sexual e, ainda, se obrigam a informar seus Trabalhadores que não será admitida nenhuma prática de assédio moral e/ou assédio sexual.
- **Demais cláusulas econômicas serão reajustadas em 8,42%.**
- **Manutenção das demais cláusulas da CCT vigente.**

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

27/05/2015 - Sinttel-ES

Redução da jornada de trabalho é alternativa ao desemprego, diz Dieese

Plano defendido pelas centrais sindicais prevê a redução da jornada de trabalho em 30% e dos salários em 15% como forma de evitar demissões

São Paulo – O coordenador de atendimento sindical do Dieese, Airton Santos, comentarista para o mundo do trabalho da Rádio Brasil Atual, disse hoje (26) que plano defendido pelas centrais sindicais para o setor da metalurgia – que prevê a redução da jornada de trabalho em 30% e dos salários em 15% – é uma alternativa válida para evitar demissões em massa, mas espera que a sua aplicação seja breve e torce pela recuperação do quadro econômico e a normalização do emprego.

Em carta enviada à presidente Dilma Rousseff, na semana passada, CUT, Força Sindical e UGT sugerem que a medida seja aplicada por um período de ao menos 12 meses.

Airton diz que o impacto da desaceleração econômica no mercado do trabalho surpreendeu pela rapidez e que o fato acendeu uma luz amarela no movimento sindical que visa, com esse plano de redução de jornadas e salários, a evitar o aumento do desemprego.

"É melhor perder 15% do salário do que perder 100%", frisa Airton, que lembra que a proposta não é nova e vendo sendo defendida pelas centrais desde a crise de 2008, quando o emprego também foi prejudicado.

Apesar de a proposta ser inspirada em casos bem sucedidos na Alemanha,Airton faz questão de ressaltar as diferenças entre o padrão de salário e o nível de seguridade social do trabalhador alemão e do trabalhador brasileiro.

"(Cerca de) 70% dos trabalhadores brasileiros ganham até dois salários mínimos. Quando você tira 15% de salário, é um peso razoável. Mas é uma situação que, nessa altura do campeonato, não podemos fugir", analisa o coordenador do Dieese.

Outro alerta que faz Airton é para o risco de oportunismo das empresas, que podem se aproveitar da medida, mesmo sem a necessidade de reduzir a produção, apenas para aumentar seus lucros com a diminuição dos salários.

Ouça o comentário completo da Rádio Brasil Atual:

https://soundcloud.com/redebrasilatual/governo-pode--reduzir-jornada-de-trabalho-para-evitar-demissoes

27/05/2015 - Telesíntese

Telecom Italia pode arrecadar até US$ 2,8 bi com venda de ações de empresa de torres

A operadora italiana que fazer uma IPO (oferta pública de ações) de 40% da subsidiária Inwit, que possui hoje 11,5 mil sites de equipamentos de celulares em todo o país.

Recentemente, a operadora italiana, dona no Brasil da TIM celular, anunciou a sua intenção de fazer uma oferta pública de ações (IPO) da subsidiária de torres, a Inwit. A empresa que vender pelo menos 40% das ações desta empresa que tem atualmente na Italia cerca de 11,5 mil sites com equipamentos de transmissão de telefonia celular.

Dois bancos – o Mediobanca Securities e o Banca IMI – contratados para fazer a IPO divulgaram a avaliação do valor deste negócio. Ele poderá variar entre 2 bi e 2,6 bilhões de euros ou US$ 2,8 bilhões.

A operação está prevista para acontecer em junho.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

27/05/2015 - CUT

Os jovens só perdem com a redução da maioridade penal

E segundo dados, não diminui a violência no país, pelo contrário

No dia nacional contra a redução da maioridade penal (27) foi lançado o site maioridadepenal.org.br da Fundação Abrinq (para ter acesso ao site, clique ao lado esquerdo, no saiba mais). O MAIOR idade penal é um espaço de concentração, compartilhamento e disseminação de informações qualificadas a respeito do debate da proposta tramita no Congresso Nacional, a PEC 171/93. As informações contidas no site vai desde o que é a PEC, como está a tramitação no congresso, dados e argumentos, entre outros, até enviar email para pressionar seu deputado. É fundamental que todos e todas que são contra a redução da maioridade penal juntem-se ao movimento, tanto pessoalmente quanto virtualmente, e o site tem informações necessárias para participar. Os deputados que apoiam a PEC é maioria na comissão especial que neste momento discute a proposta e eles alegam que a redução da maioridade penal vai melhorar a violência no Brasil.

O fato de 87% da sociedade se mostrar a favor da redução da maioridade penal não significa que o resultado será uma diminuição da violência no País. A opinião é de vários especialistas no assunto, como o advogado Ariel de Castro Alves, especialista em políticas públicas e ex-integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Para ele, "reduzir a maioridade penal é um atestado de falência do sistema de proteção social e defender a diminuição da maioridade penal no calor da emoção não garante o combate às verdadeiras causas da violência no país". A certeza da punição é o que inibe o criminoso, e não o tamanho da pena".

Enquanto a mídia promove um debate sobre o tema, que utiliza como porta-vozes apresentadores de programas sensacionalistas na TV, em Brasília há uma frente de Ministérios, encabeçada pela Secretaria Nacional de Juventude, disposta a esclarecer pontos importantes, cujos argumentos desconstroem a ideia higienista de setores conservadores da sociedade e que, por sua vez, acabam por contaminar a opinião pública. O Secretário Nacional de Juventude do Governo Federal, Gabriel Medina, explica que a frente tem ação conjunta com outros órgãos de direitos humanos, movimentos sociais e conselhos como CNPIR - Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e o próprio CONANDA. "A gente entende que o debate deve envolver todos os setores da sociedade", explica Gabriel.

Paralelamente, a Secretaria Nacional de Juventude, segundo Gabriel, tem produzido materiais explicativos sobre o tema. Ele relata que o governo cria, mas "também apoia iniciativas populares". As publicações subsidiam o debate com a sociedade e auxiliam na realização de audiências públicas e de plenárias com os movimentos sociais. Um dos principais argumentos utilizados nos materiais é uma visão específica sobre o jovem. Gabriel Medina afirma que menores de 18 anos não devem ser vistos como autores e sim, como vítimas da violência já que 36% dos jovens são mortos no país e apenas 0,1% cometem crimes hediondos.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

O sistema carcerário brasileiro apresenta dados nada animadores. Em 2014 eram 574 mil pessoas presas no País, o que representa a quarta maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, com 2,2 milhões; da China, com 1,6 milhão; e da Rússia, com 740 mil. Segundo a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, o sistema penitenciário brasileiro NÃO tem cumprido sua função social de controle, reinserção e reeducação dos agentes da violência. Ao contrário, tem demonstrado ser uma "escola do crime". A conclusão é de que nenhum tipo de experiência na cadeia pode contribuir com o processo de reeducação e reintegração dos jovens na sociedade. O Secretário Nacional de juventude ainda afirma que esse, definitivamente, não é um espaço em que o adolescente possa se ressocializar, já que a taxa de reincidência no sistema prisional é de 70%. E analisando sob essa ótica, a da realidade dos ambientes nas prisões, Gabriel, sem medo de cair no senso comum, afirma que a prisão é lugar onde há a graduação no crime. Seria esse um local apropriado para "depositar" o jovem infrator? Gabriel Medina afirma que não: "A faixa etária dos 12 aos 18 anos é um momento peculiar do desenvolvimento biológico, social, psicológico e até neurológico em que o Estado precisa ter atenção especial que gere condições específicas para essa população se desenvolver de forma adequada e não voltar à criminalidade".

Se o índice de reincidência é de 70%, facilmente conclui-se que o sistema prisional não resolve o problema da violência e, com cadeias dominadas pelo crime organizado, a tendência é justamente o inverso e evolve os adolescentes. Na opinião de Gabriel, eles voltariam ainda mais violentos à sociedade e não ressocializados. "É necessário deixar claro que o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) já tem medidas punitivas. Não é verdade que não haja punição. Muitos adolescentes ficam internados e não são lugares maravilhosos, ão lugares onde as pessoas ficam fechadas e é preciso ter ações que os ressocializem". Ele completa: "reduzir será um prejuízo para a juventude brasileira".

27/05/2015 - Vermelho

Taxação de lucros de bancos ajudará a combater desigualdade

No Brasil, a concentração de renda está diminuindo nos últimos anos. Segundo, o relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o índice de Gini aponta a redução de 0,60 para 0,56, o indicador que mede a desigualdade no país. Segundo o economista Guilherme Mello, em entrevista para a TVT, os resultados são positivos, mas avisa que para ter ampliação é necessária a taxação sobre os bancos e grandes riquezas.

"A taxação do lucro dos bancos é uma das mudanças que o governo poderia fazer pra reduzir essa tendência concentradora da carga tributária no Brasil. Ao tributar o lucro dos bancos, você onera um setor da economia que têm lucros estratosféricos, e que mais concentra riqueza e renda no país. Portanto, contribui pra construir um sistema tributário mais equânime e distributivo. Agora, isso é apenas uma mudança, existem várias outros fatores que podem contribuir nessa mesma direção, como por exemplo, a taxação sobre distribuição de lucros e dividendos, o aumento das alíquotas máximas e do número de alíquotas do imposto de renda, e mesmo a taxação sobre heranças e grandes fortunas que no Brasil", explica.

Segundo o economista, o resultado é motivado pelos programas de distribuição de renda. "A queda na desigualdade, em primeiro lugar, tem relação com o aumento do salário mínimo, como também têm ligação com o avanço enorme dos programas sociais do governo, que retiraram milhões de pessoas da pobreza e da miséria."

Entretanto, ao comparar com outros países, o Brasil ainda atrasado. "Não estamos numa posição boa, se você comparar com os BRICS, por exemplo, só estamos a frente da África do Sul. Na América Latina, vários países tem uma posição melhor do que o Brasil, ou seja, distribui melhor a renda do que o Brasil, como a Argentina, o Chile."